



# Diário Oficial do **MUNICÍPIO**

Prefeitura Municipal de Aratuípe

1

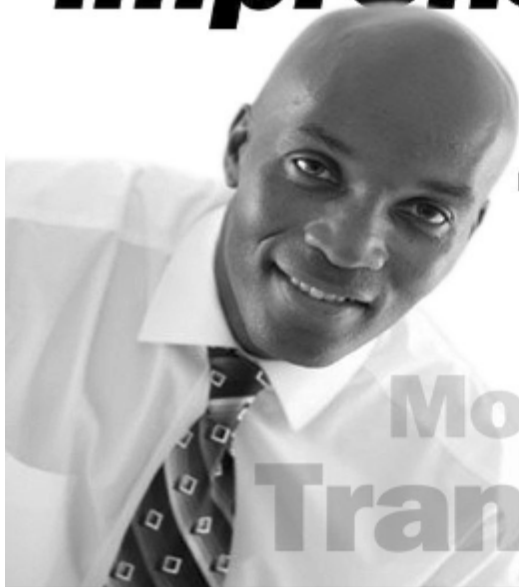
Segunda-feira • 1 de Agosto de 2016 • Ano IV • Nº 886

Esta edição encontra-se no site: [www.aratupe.ba.io.org.br](http://www.aratupe.ba.io.org.br) em servidor certificado ICP-BRASIL

## Prefeitura Municipal de Aratuípe publica:

- **Lei nº 603 / 2016 de 30 de Junho de 2016** - Estabelece as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária Anual de 2017 e dá outras providências.

## **Imprensa Oficial**



Gestão transparente.  
Os atos do gestor são publicados  
no Diário Oficial próprio do município.

**autonomia**  
**Modernidade**  
**Transparência**

Gestor - Sandra Rita Lago Souza / Secretário - Governo / Editor - Ass. Comunicação  
Rua Dr. João Martins, 01 - Centro - Aratuípe - Bahia

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: AYKAH0EXZA5K2Y/NBSYWSQ

## **Leis**



### **Lei nº 603 / 2016**

**De 30 de Junho de 2016**

**“Estabelece as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária Anual de 2017 e dá outras providências.”**

A **PREFEITA MUNICIPAL DE ARATUÍPE**, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

#### **CAPÍTULO I**

#### **DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no Art. 165, § 2º da Constituição Federal combinado com os artigos 62 e 159, §2º da Constituição Estadual e Art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, as Diretrizes Orçamentárias do Município de ARATUÍPE para o exercício de 2017, compreendendo:

- I- Disposições relativas as metas da Administração Pública Municipal;
- II- Estrutura Organização e diretrizes para a elaboração e execução do orçamento e suas alterações;
- III- Disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- IV- Disposições sobre alterações na legislação tributária e política de arrecadação de receitas;
- V- Disposições do Regime de Gestão Fiscal Responsável;



VI- Estrutura e a organização dos Orçamentos;

VII - Disposições gerais

## **CAPÍTULO II**

### **DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

**Art. 2º** - As metas para o exercício financeiro de 2016 são as especificadas no Anexo Único que integra esta Lei, serão compatíveis com o Plano Plurianual (PPA) as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual de 2017, não se constituindo, entretanto, em limite à programação da despesa.

**Art. 3º** - As prioridades para o exercício financeiro de 2017 serão as seguintes:

- I- Desenvolvimento de políticas sociais voltadas para a elevação da qualidade de vida da população do Município, especialmente dos seus segmentos mais carentes, e para a redução das desigualdades e disparidades sociais;
- II- Continuidade das ações, no âmbito da Secretaria da Educação, visando a extinção de escolas multiseriadas na Zona Rural;
- III- Continuidade das ações, no âmbito da Secretaria da Educação, objetivando a universalização do transporte escolar e a melhoria da merenda escolar;
- IV- Continuidade de programas de requalificação e aperfeiçoamento do Magistério;
- V- Aumento do número de Posto de Saúde da Família no Município;
- VI- Ampliação e modernização da infra-estrutura econômica, reestruturação e modernização da base produtiva do Município;
- VII- Promoção do desenvolvimento voltado à consolidação e ampliação da capacidade produtiva e à conciliação entre a eficiência econômica e a conservação;



- VIII- Desenvolvimento de uma política ambiental centrada na utilização racional dos recursos naturais, separação do lixo urbano, objetivando o estágio final de sua reciclagem ;
- IX- Desenvolvimento institucional mediante a modernização, reorganização da Estrutura Administrativa e o fortalecimento das instituições públicas municipais com vistas à melhoria da prestação dos serviços públicos;
- X- Desenvolvimento de ações com vistas ao incremento da receita, com ênfase no recadastramento imobiliário, acompanhamento do lançamento do ISS e ITIV e à administração e execução da Dívida Ativa, investindo, também, no aperfeiçoamento, informatização, qualificação da estrutura da administração, na ação educativa sobre o papel do contribuinte - cidadão;
- XI- Austeridade na utilização dos recursos públicos , consolidação do equilíbrio fiscal através do controle das despesas, sem prejuízo da prestação dos serviços públicos ao cidadão;
- XII- Ampliação da capacidade de investimento do Município, através das parcerias com os segmentos econômicos da cidade e de outras esferas do governo, de negociação e ampliação do perfil da dívida municipal, e adoção de medidas de combate à inadimplência, à sonegação e à evasão de receitas;
- XIII- Ampliação e melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.
- XIV- Modernização da estrutura administrativa e valorização do servidor público, buscando maior eficiência nos serviços prestados a comunidade.
- XV- Identificação e capacidade produtiva do Município, promovendo o seu desenvolvimento econômico objetivando a geração de emprego e renda.
- XVI- Apoio, divulgação do patrimônio histórico, cultural e artístico do Município, incentivando a participação da população nos eventos relacionados à história, cultura e arte;
- XVII- Promoção do desenvolvimento de políticas voltadas para a formação educacional da criança e do adolescente, investindo, também, em ações de melhoria física das unidades escolares, ampliando-as , modernizando-as e adaptando-as as reais necessidades da população.



XVIII- Assegurar o acesso a população aos serviços básicos de saúde, priorizando as diversas áreas e especialidades como Clínica Geral, Pneumologia, Cardiologia ; Genecologia, dentre outros.

XIX- Desenvolvimento de ações que possibilitem a melhoria das condições de vida nas aglomerações urbanas e rurais permitindo que seus moradores tenham acesso aos serviços de transportes e outros.

### **CAPÍTULO III**

#### **DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES**

##### **Seção I Das Diretrizes Gerais**

**Art. 4º** - A Lei Orçamentária Anual obedecerá aos princípios da Unidade, Universalidade e Anualidade, estimando a Receita e fixando a Despesa, sendo estruturada na forma definidana Lei nº 4.320/64 , Lei Complementar nº 101/2000-, no Decreto n.º 2.829/98 , Portaria n.º 42/99, do Ministério do Orçamento e Gestão e Portaria Interministerial nº 163/2001 , da Secretaria do Tesouro Nacional STN.

**Art. 5º** - Os recursos ordinários livres do Tesouro Municipal serão alocados para atender, em ordem de prioridade, às seguintes despesas:

- I- Pessoal e encargos sociais, observado o limite previsto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;
- II- Juros, encargos e amortizações da dívida fundada interna;e externa em observância às Resoluções n.ºs 40 e 43/2001 do Senado Federal.
- III- Contrapartidas previstas em contratos de empréstimos internos e externos ou de convênios ou outros instrumentos similares, observados os respectivos cronogramas de desembolso;
- IV- Outras despesas de custeio administrativo e aplicações em despesas de capital.





§ 1º As fontes de recursos de que trata o caput, serão apresentadas em conformidade com os normativos da Secretaria do Tesouro Nacional e Resolução TCM nº 1.268/08, a seguir discriminadas:

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO
00	Recursos Ordinários
01	Receitas e Impostos e Transferências de Impostos – Educação – 25%
02	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Saúde – 15%
04	Contribuição ao Programa Ensino Fundamental- Salário Educação
14	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS
15	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE
16	Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE
18	Transferência FUNDEB ( aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica)
19	Transferências FUNDEB ( aplicação em outras despesas de Educação Básica )
22	Transferências de Convênios – Educação
23	Transferências de Convênios – Saúde
24	Transferências de Convênios – Outros ( não relacionados à Educação/Saúde)
29	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS
30	Transferências do Fundo de Investimento Econômico Social – FIES
42	Royalties/ Fundo Especial do Petróleo/ Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais.
50	Receitas Próprias de Entidades de Administração Indireta
90	Operações de Créditos Internas
91	Operações de Crédito Externas
92	Alienações de Bens
93	Outras Receitas Não Primárias
94	Remuneração de Depósitos Bancários

§2º– As dotações destinadas às demais despesas de capital, que não sejam financiadas com recursos originários de contratos ou convênios, somente serão programadas com os recursos oriundos da economia com os gastos de outras despesas correntes, desde que atendidas plenamente as prioridades estabelecidas neste artigo.

**Art. 6º** - Somente serão incluídas na proposta orçamentária dotações financiadas com as operações de crédito já contratadas ou com autorizações legislativas concedidas até a data do encaminhamento à Câmara Municipal do Projeto da Lei Orçamentária pertinente.

**Art. 7º** - Na programação de investimentos da Administração Pública, além do atendimento às prioridades e metas especificadas na forma do art. 2º e 3º desta Lei, observar-se-ão as seguintes regras:



- I- A destinação de recursos para projetos deverá ser suficiente para a execução integral de uma ou mais unidades ou a conclusão de uma etapa, se sua duração compreender mais de um exercício;
- II- Será assegurado alocação de contrapartida para projetos que contemplem financiamentos;
- III- Não poderão ser programados novos projetos que não tenham viabilidade técnica, econômica e financeira.

§ 1º - A programação das demais despesas de capital, com os recursos referidos no caput deste artigo poderá ser feita quando prevista em contratos e convênios ou, desde que atendidas plenamente as prioridades indicadas, os recursos sejam provenientes da economia com os gastos de outras despesas correntes.

§ 2º - A programação da despesa à conta de recursos oriundos dos orçamentos fiscais e da seguridade social observará a destinação e os valores constantes do respectivo orçamento.

**Art. 8º** - O Poder Legislativo encaminhará até o dia 06 de agosto de 2016, à Secretaria Municipal de Administração, a respectiva proposta de orçamento, exclusivamente para efeito de sua consolidação na proposta de orçamento do Município, não cabendo qualquer tipo de análise ou apreciação de seus aspectos de mérito e conteúdo, atendidos os princípios constitucionais e da Lei Orgânica Municipal estabelecidos a esse respeito.

**Parágrafo único** - Na elaboração de sua proposta, o Poder Legislativo, além da observância do estabelecido nesta Lei, adotará:

- I- O quanto estabelecido no art. 29-A da Constituição Federal, resultante da Emenda Constitucional nº 25, de 14 de Fevereiro de 2000;
- II- os procedimentos estabelecidos pelo órgão encarregado da elaboração do orçamento.

## **Seção II**

### **Das Diretrizes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**



**Art. 9º-** O orçamento fiscal compreenderá a receita e a programação da despesa dos Poderes do Município, seus fundos e órgãos da Administração direta.

**Art. 10 -** O orçamento da seguridade social abrangerá os recursos e as programações dos órgãos e entidades da administração municipal, inclusive seus fundos criados por Lei.

**Parágrafo Único** – Na Programação de Investimentos da Administração Pública Direta, além do atendimento às metas e prioridades especificadas nos Art. 1º e 2º desta Lei, observar – se –ão as seguintes regras:

I – A destinação de recursos para projetos deverá ser suficientes para a execução integral de uma ou mais unidades ou a conclusão de uma etapa, se sua duração compreender mais de um exercício;

II – Será assegurado alocação de contrapartida para projetos que contemplem financiamentos;

III- Não poderão ser programados novos projetos que não tenham viabilidade técnica , econômica e financeira.

**Art. 11 -** Para fins desta Lei conceituam-se:

- I- **Categoria de programação** – os projetos e as atividades alocados à lei orçamentária anual, bem como os criados através dos créditos especiais e extraordinários;
- II- **Transposição** – o deslocamento de uma categoria de programação de um órgão para outro, pelo total ou saldo;
- III- **Remanejamento** – a mudança de dotações de uma categoria de programação para outra no mesmo órgão;
- IV- **Transferência** – o deslocamento de recursos da reserva de contingência para a categoria de programação, de uma função de governo para outra, ou de um órgão para outro;
- V- **Créditos adicionais** – as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.
- VI- **Função**- nível máximo de agregação das ações desenvolvidas pelo Setor Público.





VII -**Subfunção** – nível máximo de agregação de um subconjunto de ações do setor Público

VIII -**Programa** – Instrumento de organização da ação governamental, através do qual são estabelecidos objetivos e metas qualificáveis ou não, que serão cumpridos através da integração de um conjunto de esforços sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual.

IX- **Projeto** – Instrumento que contribuiu para que se alcance o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a criação, expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo.

X - **Atividade**- instrumento que contribui para que se alcance o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulte um produto ou resultado necessário a manutenção da ação de governo.

XI – **Operação Especial** – despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob forma de bens e serviços, representando basicamente o detalhamento da função Encargos Especiais.

XII – **Credito Adicional Ordinário** -as autorizações de despesas, mediante decreto do Poder Executivo e Legislativo, destinadas a atender necessidades imprevisíveis e urgentes em caso de guerra , comoção interna ou calamidade pública.

**Art. 12** - As propostas de modificação do projeto de Lei Orçamentária Anual e de créditos adicionais serão apresentadas:

- I- Na forma das disposições constitucionais, no estabelecido na Lei Orgânica;
- II- Acompanhadas de exposição de motivos que as justifique.

**Art. 13** - A criação de novos projetos ou atividades, além dos constantes da proposta de Lei Orçamentária Anual, somente será admitida mediante a redução de dotações alocadas a outros projetos ou atividades, observadas as disposições constitucionais o estabelecido na Lei Orgânica do Município.

#### CAPÍTULO IV

#### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS



**Art. 14** – Para os efeitos desta Lei, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo Município às entidades de previdência.

§ 1º - Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".

§ 2º - A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze meses imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

**Art. 15** - As dotações orçamentárias destinadas às despesas com pessoal e encargos sociais, em cada Poder, serão estimadas, para o exercício de 2017, com base na despesa média mensal executada até julho de 2016, observados, além da legislação pertinente em vigor, o limite de que trata a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para as despesas com pessoal, ativo e inativo, dos Poderes do Município.

**Art. 16** – Para os fins do disposto no *caput* do art. 169 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida estabelecidos no art. 19, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º - Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo, não serão computadas as despesas:

- I- De indenização por demissão de servidores ou empregados;
- II- Relativas a incentivos à demissão voluntária;
- III- Derivadas da aplicação do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição Federal;
- IV- Decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração.

§ 2º – Para fins deste artigo, entende-se por receita corrente líquida o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes.



**Art. 17** – A repartição dos limites globais do art. 20, Inciso 3º , alíneas A e B não poderão exceder os seguintes percentuais:

**I- 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo;**

**II- 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo.**

**Art. 18** - A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos artigos. 16 e 17 desta Lei será realizada ao final de cada semestre, na forma definida na Lei Complementar n.º 101/2000 nos artigos. 19 e 20.

**§ 1º** - Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder referido no art. 17 que houver incorrido no excesso:

I- Concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição Federal;

II -Criação de cargo, emprego ou função;

III - Alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - Provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V -Contratação de hora extra, salvo no caso das situações previstas nesta Lei.

**§ 2º** - Se ultrapassados os limites relativos à despesa total com pessoal ou à dívida consolidada, enquanto perdurar esta situação, o Município ficará sujeito aos mesmos prazos de verificação e de retorno ao limite definidos para os demais entes.

**Art. 19** - O projeto de Lei Orçamentária poderá consignar recursos adicionais necessários ao incremento do quadro de pessoal nas áreas de:

I- Educação;

II- Saúde;

III- Fiscalização fazendária;



- IV- Serviços técnico-administrativos;
- V- Assistência à criança e ao adolescente;
- VI- Serviços legislativos.

**Art. 20** - As dotações para atendimento das despesas com a admissão de pessoal sob regime especial de contratação, nos termos do inciso IX, do art. 37, da Constituição Federal, serão alocadas em atividades específicas, inclusive na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais para esta finalidade.

**Art. 21** – Fica autorizada a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração, desde que observado o disposto no art. 43 desta Lei.

#### **CAPÍTULO V**

#### **DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO E MEDIDAS PARA INCREMENTO DA RECEITA**

**Art. 22** -Em caso de necessidade, o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal Projeto de Lei dispondo sobre alterações na legislação tributária municipal e incremento da receita, incluindo:

- I- Adaptação e ajustamento da legislação tributária às alterações da correspondente legislação Estadual e Federal;
- II- Revisões e simplificações da legislação tributária municipal;
- III- Aperfeiçoamento dos instrumentos de proteção dos créditos tributários.

#### **CAPÍTULO VI**

#### **DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS**

**Art. 23** - A proposta orçamentária anual que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, até 31 de agosto de 2016, será composta, além da mensagem e do respectivo Projeto de Lei:

- I- Anexos dos orçamentos fiscal e da seguridade social;



II- Informações complementares.

**Parágrafo único** - Os anexos relativos aos orçamentos fiscais e da seguridade social serão compostos, com dados isolados ou consolidados, pelos seguintes demonstrativos:

- I- Da receita e despesa, segundo as categorias econômicas, de forma a evidenciar o déficit ou superávit corrente, na forma do Anexo I, da Lei nº 4.320/64, observadas as alterações posteriores e suas discriminações;
- II- Da receita, por categoria econômica, fonte de recursos e outros desdobramentos pertinentes, na forma do Anexo II, da Lei nº 4.320/64, observadas as alterações posteriores da discriminação da receita orçamentária;
- III- Da despesa, segundo a classificação institucional, funcional e econômica adotadas na elaboração do Orçamento;
- IV- Da programação referente à manutenção e desenvolvimento do ensino básico, de modo a dar cumprimento ao disposto no art. 212 da Constituição Federal;
- V- Do quadro da dívida fundada e flutuante do Município, com base no Balanço Patrimonial do exercício financeiro de 2015;
- VI- Demonstrativo da Receita Arrecadada nos últimos 3 (três) exercícios e sua projeção para os 3 (três) subsequentes;
- VII- Do Programa de trabalho do governo detalhado por projetos e atividades, ANEXO 6 da Lei n.º 4.320/64;
- VIII- Do Demonstrativo da despesa por órgãos e funções, ANEXO 9 da Lei n.º 4.320/64.

**Art. 24-A** despesa será detalhada de acordo com o estabelecido nas Portarias Interministerial nº 163/2011, da Secretaria do Tesouro Nacional STN, indicando para cada uma:

- I- A categoria econômica;
- II- O grupo de despesa;





III- A modalidade de aplicação

IV- O elemento de despesa.

**Art. 25** - As despesas serão fixadas segundo os compromissos sociais, financeiros e econômicos, para aquisições de bens e serviços e execução de obras no Município.

§ 1º - Na fixação das despesas serão observadas, prioritariamente, os gastos com:

I- Pessoal e encargos sociais;

II- Serviços da dívida pública municipal;

III- Contrapartida de convênios e financiamentos;

IV- Projetos e obras em andamento que ultrapassem a 30% (trinta por cento) do cronograma de execução.

§ 2º - Os recursos originários do Tesouro Municipal serão, prioritariamente, alocados para atender às despesas com pessoal e encargos sociais, nos limites previstos na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e serviços da dívida, somente podendo ser programados para outros custeios administrativos e despesas de capital, após o atendimento integral dos aludidos gastos.

§ 3º - As atividades de manutenção básica terão preferência sobre as atividades que visem a sua expansão.

**Art. 26** - A discriminação da receita será efetuada de acordo com estabelecido na Portaria nº 472, de 21.07.93, da SOF/SEPLAN, atualizada pela Portaria nº 06, de 20.05.99 e portaria conjunta STN/SOF nº 3 de 14 de outubro de 2008.

**Art. 27** – A receita municipal será constituída da seguinte forma:

I- Dos tributos de sua competência;

II- Das transferências constitucionais;

III- Das atividades econômicas que por conveniência o Município venha a executar;



- IV- Dos convênios firmados com órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual ou de outros Municípios ou com Entidades e Instituições Privadas Nacionais e Internacionais;
- V- Das oriundas de serviços executados pelo Município;
- VI- Da cobrança da dívida ativa;
- VII- Das oriundas de empréstimos e financiamentos devidamente autorizados pelo Poder Legislativo;
- VIII- Dos recursos para o financiamento da Educação, definidos pela legislação vigente, em especial, Emenda Constitucional N. 53/2006 e Leis nº 9.394/96, e nº 9.424/96;
- IX- De outras rendas.

**Art. 28** – A Lei Orçamentária Anual conterá a previsão da receita e fixação de despesas para convênios previamente aprovados pelo Legislativo Municipal.

**Art. 29** – A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária para 2016 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da Gestão Fiscal, observando o princípio da publicidade e permitindo-se um amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada etapa.

**Art. 30** - O chefe do Poder Executivo adotará mecanismos para assegurar a participação social na indicação de prioridades na elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2017, bem como no acompanhamento e execução dos projetos contemplados.

**Parágrafo único** - Os mecanismos previstos no *caput* deste artigo serão operacionalizados:

- I- Mediante audiências públicas, com a participação da população em geral, de entidades de classes, setores organizados da sociedade civil e organizações não governamentais;
- II- Através de seleção dos projetos prioritários, por cada área considerada, a serem incorporados na proposta orçamentária do exercício.

**Art. 31** - Após a publicação da Lei Orçamentária, o Poder Executivo, através de decreto, elaborará programação financeira, visando compatibilizar os gastos com a



efetiva arrecadação das receitas e o cronograma de execução mensal de desembolso, conforme estabelecido no art. 8º da Lei Complementar n.º 101/2000.

**Art. 32** - Nos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, a apropriação da despesa far-se-á por unidade orçamentária e o seu programa de trabalho, segundo a classificação funcional, expressa por categoria de programação em seu menor nível, indicando para cada uma:

- I- O orçamento a que pertence;
- II- A categoria econômica e o grupo de despesa a que se refere, obedecidos os seguintes títulos:

**CATEGORIA ECONÔMICA**

**Despesas Correntes**

**Despesas de Capital**

**GRUPO DE DESPESA:**

**Pessoal e Encargos Sociais;**

**Juros e Encargos da Dívida;**

**Outras Despesas Correntes;**

**Investimentos;**

**Inversões Financeiras;**

**Amortização da Dívida.**

§ 1º - Para fins de integração do planejamento e orçamento, será adotada, no âmbito do Município, a classificação por função e programa a que se refere o Art. 2º, § 1º, inciso I, e Art. 8º da Lei n.º 4.320/64, segundo o esquema de classificação e conceitos atualizados pela Portaria n.º 42, de 14 de abril de 1999, do Ministro de Estado do Orçamento e Gestão, observados os seguintes títulos:

- I- Função;
- II- Sub - função;
- III- Programa;
- IV- Projeto, Atividade e Operação Especial.

§ 2º- As categorias de programação de que trata o *caput* deste artigo são identificadas por Programa, Projeto, Atividade e Operação Especial.

§ 3º - Para fins do atendimento aos §1º e § 2º, conceituam-se:



I- **Função** - o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público municipal;

]

II- **Subfunção** - representa uma partição ou detalhamento da função, visando agregar determinado subconjunto de despesa do setor público

III- **Programa** - o instrumento de organização da ação governamental, visando a concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por metas estabelecidas no Plano Plurianual;

IV- **Projeto** - um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de Governo;

V- **Atividade** - um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de Governo;

VI- **Operações especiais** - as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços, representando, basicamente, o detalhamento da função “Encargos Especiais”.

§ 4º - A função “Encargos Especiais” engloba as despesas em relação às quais não se possa associar um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, tais como: dívidas, ressarcimentos, indenizações e outras afins, representando, portanto, agregação neutra.

§5º - As unidades orçamentárias, como responsáveis direta ou indiretamente pela execução das ações integrantes de uma categoria programática, serão identificadas na proposta orçamentária, tendo em vista a melhoria da execução e do controle orçamentários, podendo ser assim consideradas, os órgãos da Administração Direta e os Fundos instituídos ou que vierem a ser instituídos pelo Município.



**§ 6º** - As dotações atribuídas às unidades orçamentárias, na Lei Orçamentária Anual ou em crédito adicional, poderão ser aplicadas por unidades gestoras de um mesmo ou de outro órgão da Administração Direta, integrante dos orçamentos fiscal e da seguridade social, mediante a descentralização interna ou externa de crédito, respectivamente.

**Art. 33** - A alocação dos recursos na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais, observadas as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, será feita de forma a propiciar o acompanhamento e o controle das ações e a avaliação dos resultados dos programas governamentais.

**Art. 34** - A Lei Orçamentária deverá ser elaborada com dados precisos, estimando a receita e fixando a despesa dentro da realidade, capacidade econômico-financeira e da necessidade do Município.

**Art. 35** - Na apreciação, pelo Poder Legislativo do projeto de Lei Orçamentária Anual, as emendas somente podem ser aprovadas caso:

- I- Sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- II- Indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídos os que incidam sobre:
  - a) Dotação para pessoal e seus encargos;
  - b) Serviço da dívida.
- III- Sejam relacionadas com:
  - a) A correção de erros ou omissões; ou
  - b) Os dispositivos do texto do projeto de Lei.

**§1º** - As emendas deverão indicar, como parte da justificativa:

- I- No caso de incidirem sobre despesas com investimentos, a viabilidade econômica e técnica do projeto durante a vigência da Lei Orçamentária.
- II- No caso de incidirem sobre despesas com ações de manutenção, a comprovação de não inviabilização operacional da entidade ou órgão cuja despesa é reduzida.





§2º - A correção de erros ou omissões será justificada circunstanciadamente e não implicará a indicação de recursos para aumento de despesas previstas no projeto de Lei Orçamentária.

**Art. 36** - O Poder Executivo poderá enviar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de Lei Orçamentária, enquanto não iniciada na Comissão Técnica, a votação da parte cuja alteração é proposta.

**Art. 37** - Sancionada e promulgada a Lei Orçamentária, serão aprovados e publicados, para efeito de execução orçamentária, os Quadros de Detalhamento da Despesa – QDDs relativos aos Programas de Trabalho integrantes da Lei Orçamentária Anual.

§1º - Os Quadros de Detalhamentos da Despesa – QDDs deverão discriminar, por elementos, os grupos de despesa aprovados para cada categoria de programação.

§2º - Os QDDs serão aprovados, no âmbito do Poder Executivo, pelo Prefeito Municipal, ou na própria Lei Orçamentária e, no Poder Legislativo, pelo Presidente da Câmara de Vereadores.

§3º - Os QDDs podem ser alterados, no decurso do exercício financeiro, para atender às necessidades de execução orçamentária, respeitados, sempre, os valores dos respectivos grupos de despesa, estabelecidos na Lei Orçamentária ou em créditos suplementares regularmente abertos.

## CAPÍTULO VII

### DAS DISPOSIÇÕES DO REGIME DE GESTÃO FISCAL RESPONSÁVEL

**Art. 38** - A gestão fiscal responsável tem por finalidade o alcance de condições de estabilidade e crescimento econômico sustentado do Município objetivando a geração de emprego, de renda e a elevação da qualidade de vida e bem-estar social.

**Art. 39** - A gestão fiscal responsável das finanças do Município far-se-á mediante a observância de normas quanto:

- I- Ao endividamento público;



- II- Ao aumento dos gastos públicos com as ações governamentais de duração continuada;
- III- Aos gastos com pessoal e encargos sociais;
- IV- À administração e gestão financeira.

**Art. 40** - São princípios fundamentais para o alcance da finalidade e dos objetivos previstos no art. 39 desta Lei:

- I- O equilíbrio entre as aspirações da sociedade por ações do governo municipal e os recursos que esta coloca à disposição do Município, na forma de pagamento de tributos, para atendê-las;
- II- A limitação da dívida pública em níveis aceitáveis e prudentes, assim entendidos os que sejam compatíveis com a capacidade de arrecadação do Município e que propiciem margem de segurança para a absorção e reconhecimento de obrigações imprevistas;
- III- A adoção de política tributária estável e previsível coerente com a realidade econômica e social do Município e da região em que este se insere;
- IV- A limitação e contenção dos gastos públicos;
- V- A administração prudente dos riscos fiscais e, em ocorrendo desvios eventuais, a adoção de medidas corretivas e punitivas;
- VI- A transparência fiscal, através do amplo acesso da sociedade às informações sobre as contas públicas, bem como aos procedimentos de arrecadação e aplicação dos recursos públicos.

**Art. 41** - Para manter a dívida pública em nível aceitável e prudente, evitar-se-á que os gastos excedam as disponibilidades.

**Parágrafo único** - Se a dívida ultrapassar os níveis de aceitabilidade e prudência e, enquanto não for reduzida, o montante de gastos realizados deve ser inferior ao das receitas arrecadadas.



**Art. 42** - A fixação de despesas nos orçamentos, em cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas no Plano Plurianual, priorizadas por esta Lei, guardará relação com os recursos efetivamente disponíveis, particularmente as receitas tributárias, próprias ou transferidas.

**Art. 43** - Todo e qualquer ato que provoque um aumento da despesa total com pessoal somente será editado e terá validade se:

- I- Houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às despesas com pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, nos termos do art. 169, § 1º, inciso I, da Constituição Federal;
- II- Houver autorização específica nesta Lei.

**Parágrafo único** - O disposto no *caput* compreende, entre outras:

- I- A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração;
- II- A criação de cargos, empregos e funções ou a alteração de estrutura de carreiras;
- III- A admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título.

## CAPÍTULO VIII

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 44** - Os fundos especiais do Município, criados na forma do disposto no artigo 167, inciso IX, da Constituição Federal e disposições contidas na Lei n.º 4.320/64, combinado com o previsto na Resolução nº 297/96 e Parecer Normativo nº 004/96 do Tribunal de Contas dos Municípios, constituir-se-ão em Unidades Gestoras dentro da estrutura de uma Unidade Orçamentária, vinculados a um órgão da Administração Municipal, centralizada e descentralizada.

**Parágrafo único** - Entende-se por Unidade Gestora qualquer órgão, repartição ou fundo especial da Administração Pública Municipal competente para administrar créditos orçamentários e recursos financeiros que lhes sejam destinados.



**Art. 45** - Caso a Lei Orçamentária Anual não seja aprovada e sancionada até 31 de dezembro de 2016, fica o Poder Executivo autorizado a executar a despesa, narazão de 1/12 (um doze avos) da proposta orçamentária, relativamente às seguintes despesas:

- I- Pessoal e encargos;
- II- Serviços da dívida;
- III- Despesas decorrentes da manutenção básica dos serviços municipais e ações prioritárias a serem prestadas à sociedade;
- IV- Investimentos em continuação de obras de Saúde, Educação, Saneamento Básico e serviços essenciais;
- V- Contrapartida de Convênios Especiais.

**Parágrafo único** - Ficam excluídas da limitação prevista no *caput* deste artigo, as despesas de convênios e financiamentos que obedeçam a uma execução fixada em instrumento próprio.

**Art. 46** - Poderá a Lei Orçamentária Anual ser atualizada, durante a sua execução, para adequá-la à conjuntura econômica e financeira, com base em índices oficiais.

**Art. 47** - O Poder Executivo fica autorizado a firmar os convênios necessários ao cumprimento da Lei Orçamentária Anual com órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, de outros Municípios e entidades privadas, nacionais e internacionais.

**Art. 48** – Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei n.º 8.666/93, com as modificações introduzidas pela Lei n.º 9.648/98.

**Art. 49** - Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, o Poder Executivo, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitará a emissão de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados por esta Lei no seu Art. 50.



**Art.50** - No caso de haver necessidade de limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas, esta será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento das despesas em “*outras despesas correntes*”, “*investimentos*” e “*inversões financeiras*” de cada Poder, sendo adotadas as medidas estabelecidas no art. 9º e parágrafos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

**Parágrafo único** – Não estarão sujeitos à limitação de empenho as seguintes despesas:

- I- Pessoal e encargos;
- II- Serviços da dívida;
- III- Decorrentes de financiamentos;
- IV- Decorrentes de convênios; as sujeitas a limites constitucionais como: Educação, Saúde e Assistência Social.

**Art. 51-** A proposta orçamentária conterá reserva de contingência no orçamento fiscal, constituindo-se de dotação global, sem destinação específica a órgão, unidade orçamentária, programa, categoria de programação ou grupo de despesa, que será utilizada como fonte para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

**Parágrafo único** - A reserva de contingência de que trata este artigo será constituída em montante máximo correspondente a até 5% (cinco por cento), calculado sobre o total da receita corrente líquida do Tesouro Municipal, apurado com base no exercício financeiro de 2015.

**Art. 52** – Integrará a presente Lei o Anexo com as metas previstas para o exercício 2016.

**Parágrafo único** – O Anexo previsto neste artigo deverá ser revisto no caso de alterações da Lei do Plano Plurianual.

**Art. 53** – As metas previstas no anexo referido no artigo anterior poderão ser revistas por ocasião da elaboração do *Projeto de Lei Orçamentária*, tendo em vista o comportamento das receitas e despesas municipais, e, também, a definição das transferências constitucionais constantes dos projetos orçamentários da União e do Estado da Bahia.

**Art. 54** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e sua vigência será de 01 janeiro a 31 de dezembro de 2017.





**Art. 55** - Revogam-se as disposições em contrário.

**Aratuípe, 30 de Junho de 2016.**

**SANDRA RITA LAGO SOUZA**  
Prefeita



## A N E X O S

### **METAS DA LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS EXERCÍCIO - 2016**

#### **I-MACRO AÇÃO: INCLUSÃO SOCIAL**

AÇÃO/META
I.1 – Ampliação das atividades desenvolvidas pelo CRAS( Centro de referencia em Assistência Social.
I.2 – Apoio na reativação da Pastoral da Criança
I.3 – Criar o Programa integrado de Segurança Alimentar e Nutricional em articulação com as secretarias de Ação Social e Educação.
I.4 – Viabilizar a Implantação de Merenda Diferenciada, monitorada pela nutricionista Municipal, no sentido de atender as necessidades nutricionais das crianças matriculadas nas escolas da rede publica municipal.
I.5 – Planejar as ações de Assistência Social , tendo como centro a família e a comunidade.
I.6 – Garantir atendimento prioritário nos CRAS e CREAS das Famílias de Adolescentes em situação de Vulnerabilidade Social.
I.7 –Estabelecer estratégias para a implantação do Sistema Único de Assistência Social.
I.8 – Promover Ações Integradas nas Áreas de Assistência Social , Cultura , Educação , Esportes, Lazer e Saúde, enfocando prioritariamente a prevenção e a atenção á Família.
I.9 – Priorizar as Mulheres Chefes de Famílias e de Baixa Renda nos diversos Programas Sociais Municipais.
I.10 – Realizar campanhas de combate a violência contra a mulher , divulgando a Lei Maria da Penha como forte instrumento na defesa de seus direitos.
I 11 – Implantar programa que ofereça Espaço para o Idoso com ofertas de serviços e atividades de convivência, incluindo o atendimento especifico aos que estão em situação de vulnerabilidade.
I12 – Promover Campanhas Educativas sobre os Direitos das Pessoas com deficiência.
I13 – Criar o Conselho Municipal de Juventude , para formular diretrizes discutir prioridades e avaliar Programas e Ações da Gestão Municipal.



II4 – Criar o Programa Aratuípe em Ação , visando levar serviços essenciais á população, propiciando acesso a emissão de documentos , cadastramento em programas sociais, justiça, saúde, cultura e lazer.

II5 – Implantar o Programa Portal da Comunidade, objetivando atender a associações de bairros propiciando a inclusão digital através do Telecentros Municipais, capacitando lideres comunitários e possibilitando a comunidade local o acesso aos benefícios de serviços prestados pela Internet.

## II -MACRO AÇÃO: SAÚDE

### AÇÕES

II.1 – Implantar o PROGRAMA MÉDICO NAS CRECHES, para atendimento pediátrico, odontológico e oftalmológico.

II.2 – Implantar o Núcleo de Apoio a Saúde da Família, com equipe composta por Profissionais de diferentes áreas.

II.3 – Implementar na Unidade Básica de Saúde Maria Aidil Santos a contratação de profissionais para atendimento de consulta especializada.

II.4 – Implantar o Programa Academia de Saúde, buscando parceria com o Ministério da Saúde como principal objetivo contribuir para a promoção da saúde da População a partir da implantação de pólos com infra estrutura , equipamento de quadro de pessoal qualificado para orientação de prática corporal e atividades físicas e de lazer e modos de vida saudável.

II.5 – Construção de 03 postos de Saúde, na localidade do Bom Jardim, das Pratas e junto reestruturar e restabelecer o funcionamento dos demais postos de Saúde, na localidade de Duas Barras , da Terra Seca e dos Três Bicos.

II.6 – Reestruturação do Serviço de Assistência Farmacêutica aumentando o elenco da REMUME dando atendimento a população carente e aos usuários de medicamentos contínuos.

II.7 – Desenvolver atividades Políticas de Ação Preventiva, junto aos munícipes da sede , distrito e da zona rural traves dos médicos, dentistas, enfermeiros e agentes de saúde nas comunidades.

II.8 - Implantar Programa Medicamento em Casa, através da parceria com Governo Estadual e Federal, assegurando o acesso dos munícipes aos medicamentos gratuitos, sem a necessidade destes se deslocarem para as unidades de saúde.

II 9 – Implementar o Programa Rede Cegonha afim de reduzir a mortalidade materna e infantil no Município.

II10 – Implantar o Programa Saúde na Escola (PSE) através de um políticaintersetorial das Secretarias de Saúde e Educação.

III1 – Fortalecer Parceria com as Santas Casas de Misericórdia eHospitais das cidades circunvizinhas, a partir de sua inclusão na REDE SUS.



II 12 – Implantar o Programa Saúde Mais Perto de Você, com atendimento medico semanal nas áreas descoberta da zona rural.

II 13 – Promover cursos de Capacitação para todos os funcionários de todos os setores ligados a Saúde, especialmente os Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de endemias, para darmos atendimento humanizados a todos os usuários do SUS.

III 14 – Estruturar a Secretaria de Saúde para acolher e atender melhor a população.

II 15 – Implantar e aprimorar os Programas de Atenção Integral á Saúde da criança e do adolescente, da mulher , do adulto , do idoso, do trabalhador , das pessoas com deficiências, DST/Aids e de saúde mental.

II 16 – Implantar a Rede de Serviço de Atendimento Móvel de Urgência Regional (SAMU REGIONAL 190) articulando a CENTRAL DE REGULAÇÃO MUNICIPAL.

### III -MACRO AÇÃO: EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ACÇÃO/META
III.1 – Reformulação , coletiva do Projeto Pedagógico coerente com a realidade de cada Unidade Escola, do aluno e principalmente, do contexto sócio econômico e cultural em que os mesmos se inserem.
III.2 – Estabelecer dialogo com o Sindicato dos Professores para o longo do mandato, recompor o salário dos profissionais da Educação.
III.3 – Construção, reforma, ampliação de unidades escolares
III.4 –Garantir e aprimorar o Transporte Escolar gratuito e qualidade para todas as localidades em todos os turnos, da Rede Municipal de acordo com as necessidade.
III.5 - Aprimorar a política de entrega dos uniformes e meterias escolares assegurando sua qualidade de prazos de entrega.
III.6 – Implantar Programa do Governo Federal, como Brasil Alfabetizado e Projovem, de modo que esses dialoguem com os novos programas do EJA Municipal.
III.7 – Maximizar as ações do Programa Saúde da Escola , do Governo Federal.
III.8 – Criação de um Sistema Informatizado de Matricula com a utilização da INTRANET em todas as escolas da rede municipal.
III.9 – Buscar parceria com o Governo Estadual a fim de viabilizar o ingresso no Município de Universidade para todos.
III.10 – Aperfeiçoar o serviço de Transporte Fluvial Escolar de atendimento dos alunos da localidade das Barreiras do Distrito.
III.11 – Implementar junto com a Diretoria de Esportes do Município, de uma Escolinha de Futebol e Futsal.
III.12 – Criação de Fanfarras Municipais em conjunto com as escolas municipais
III.13 – Ampliar e reestruturar os infocentros.



III.14 - Realização de campeonatos com modalidades esportivas que forem devidamente implantadas ou que já estão sendo praticadas como vôlei, futebol de campo, futsal, dominó, baralho, sinuca xadrez, capoeira, etc.
III.15 – Realizar as conferencias Municipais de Cultura , garantindo sua periodicidade regular.
III.16 – Implantação e implementação de Projetos de Música, Literários, Teatro e Artes Visuais, com realização de festivais.
III.17 – Implantar o Calendário Municipal Anual de Festas e Eventos envolvendo cultura, esportes, lazer e religião.
III.18 – Valorização dos artistas da Terra na contratação em eventos e festejos municipais.
III.19 – Elaboração de projeto que viabilize a recuperação e manutenção das Quadras Poliesportivas do nosso Município.
III.20 – Buscar parcerias junto ao Governo Estadual e Federal para resgate da Biblioteca Municipal.
III 21 – Participar do Plano Nacional do Livro e Leitura, cujo objetivo é promover o livro, a leitura , a literatura.

#### **I -MACRO AÇÃO: ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO**

<b>AÇÕES</b>
I.1 – Ampliação das atividades desenvolvidas pelo CRAS
I.2 – Garantir a igualdade de gêneros, religião e raças e todos os grupos étnicos no combate permanente a qualquer tipo de Preconceito e Discriminação.
I.3 –Implantação da Prefeitura itinerante, onde periodicamente a equipe de trabalho , juntamente com a Prefeita irão se deslocar para o Distrito de Maragogipinho e Zona Rural , com o objetivo de avaliar a administração ouvindo e adotando a melhor forma de atender as necessidades especificas de cada localidade
I.4 – Incentivar a Participação Popular nos Conselhos Comunitários
I.5 – Implantação de Políticas de Redistribuição de Renda , tais como Bolsa Família, Bolsa Escola, Brasil Carinhoso e outras articuladas as demais políticas sociais.
I.6 – Apoio a reativação e criação de ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS
I.7 – Promover políticas que visem a Profissionalizações das Mulheres.
I8 – Levar ao Ministério Publicoe as Autoridades constituídas a Apuração de qualquer suspeita de Desvio de Recursos que recaia sobre membros da administração pública ou de órgãos sob o comando direto ou indireto da Prefeitura
I.9 – Permitir a qualquer momento a Realização de Auditorias solicitadas pelo Ministério Publico, Câmaras de Vereadores e entidades representativas da sociedade para verificação de contas e documentos.





**I-MACRO AÇÃO: INFRAESTRUTURA, TRABALHO E GERAÇÃO DE RENDA**

AÇÃO/META
I.1 – Ampliação, melhoramento e implantação do Abastecimento de Água nas localidades da zona rural.
I.2 – Recuperação e Manutenção de todas as Estradas Vicinais
I.3 – Realizar projeto e buscar recursos par Recuperação e Construção das Pontes nas localidades da Zona Rural.
I.4 – Realização de projeto e captação de recursos para Construção de Encostas na rua Dr Manuel Vitorino.
I.5 - Construção de Praças nas localidades : Rua Profa Tânia Lopes( ao lado do Estádio Municipal . Rua Exp Ivo José ( em frente ao mercado de Bem). Rua Edmundo Honorato Barreto ( em frente a unidade de Saúde da Família Lelé Parteira) Rua 15 de novembro ( na Rua da Cascalheira) e no Condomínio
I.6 – Ampliação do Programa Minha Casa Minha Vida
I.7 – Realização de projeto e captação de recursos para Construção de Quadra Poliesportiva no Condomínio Francilina Lago.
I.8 – Realizar levantamento para verificar alternativas de Reestruturar ou Criar Novo Espaço para Cemitério da Sede e Distrito de Município.
I.9 – Implantar o Sistema Informatizado do Obituário Municipal de cemitério da sede e distrito do Município.
I.10 – Construção de Vestiário na Quadra Poliesportiva Carlos Alberto Muniz Pacheco (SEDE) e Rosival da Silva Leal ( Distrito)
I.11 – Construção Lavanderia Comunitária no Distrito, visando oferecer toda a infraestrutura necessária para a realização da lavagem completa das roupas, de uma maneira pratica e acessível.
I.12 – Construção, ampliação e manutenção de redes elétricas
I.13 – Ampliação e manutenção da iluminação pública
I.14 Elaboração e implantação do Plano Diretor Urbano

**I-MACRO AÇÃO: MEIO AMBIENTE E PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS**

AÇÃO/META
I.1 – Reestruturação da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
I.2 – Desenvolver na cidade o Programa Juventude e Meio Ambiente , do Governo Federal, que visa a formação e o fortalecimento de liderança ambientalistas jovens.



I.3 – Elaboração de Projetos visando parceria com outros municípios ONGS e instituições estatais e privadas para reestruturação do Aterro sanitário, devidamente regulamentado pelos órgãos ambientais fiscalizadores( CONDER)
I.4 – Dar apoio a qualquer atividade ou evento promovido por ONGS, Igreja, Entidades Estatais etc. que tenham como objetivo principal questão ambiental.
I.5 – Fortalecer o Fundo Municipal do Meio Ambiente para recebimento de alocação de recursos provenientes de multas, impostos e outros a serem utilizados em ações de proteção e conservação ambientais.
I.6 – Monitoramento de Áreas de riscos , articulado com a coordenadoria Municipal de Defesa Civil ( COMDEC) e executar as obras prioritárias.
I.7 – Atração de investimentos e viabilização de Incentivos para Implantação de Industrias, especialmente as que visem o beneficiamento de produtos agropecuários produzidos no Município.
I.8 – Incentivar a Implantação de cooperativa que valorize sobre tudo os produtos locais.
I.9 – Buscar parcerias com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais , Secretaria de Meio Ambiente , Banco do Nordeste, SEBRAE, CAR, e comercio local para promover Capacitação Incentivando o EMPREENDEDORISMO.

#### **I-MACRO AÇÃO: PODER LEGISLATIVO**

<b>AÇÃO/META</b>
I.1 – Modernização administrativa e manutenção da Câmara
I.2 – Capacitação de recursos humanos
I.3 – Realização de eventos
I.4 – Aquisição de veículos
I.5 – Contratação de serviços especializados (assessoria/consultoria)
I.6 – Gerenciamento do Legislativo



**PROGRAMA**

**001-Processo Legislativo**

**Diagnóstico**

O Legislativo Municipal, composto de nove vereadores, funciona com sede própria, com autonomia financeira, com apoio de apenas 02 servidores, 01 Contábil para auxiliar a Ação Legislativa.

**DIRETRIZES**

Realizações de sessões ordinárias conforme regimento interno, realização de sessões extraordinárias quando convocadas; realização de reuniões pelas diversas comissões ; recebimento , discussão e votação das leis ; apresentação de projetos de resoluções e indicações, discussão e votação; fiscalização dos atos da administração; julgamento das contas anuais do Prefeito e outros, execução das demais atribuições do legislativo municipal.

**OBJETIVOS**

Dar cumprimento às funções do Poder Legislativo de legislar e fiscalizar

**AÇÕES**

- 01 – Gerenciamento do Plenário
- 02 – Gerenciamento dos serviços da Câmara
- 03 – Modernizações dos Serviços da Câmara

**TOTAL PREVISTO PARA OS PROGRAMAS ACIMA – R\$ 1.160.402,69**

**PROGRAMA**

**02.01 – Controladoria Geral**

**OBJETIVOS**

Fiscalização contábil , financeira, orçamentária , operacional e patrimonial, quanto a legalidade , legitimidade e economicidade na Gestão dos recursos e avaliação dos resultados.

**AÇÕES**

- 01 –Gerenciamento da Controladoria Geral

**TOTAL PREVISTO PARA O PROGRAMA ACIMA – R\$ 108.343,40**



## **PROGRAMA**

### **02.01 – GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR**

#### **DIAGNOSTICO**

Este programa será executado pela estrutura do gabinete do Prefeito, Vice- Prefeito e sua assessoria de gabinete. Esta estrutura envolve , além do Prefeito e Vice- Prefeito, Servidores Municipais e Assessoria Jurídica.

#### **DIRETRIZES**

A elaboração da legislação necessária á gestão publica municipal; acompanhamento do processo legislativo; publicação dos atos da administração; coordenação das audiências publicas; coordenação da execução das políticas publica ; defesas dos interesses do Município ; planejamento das ações de administração; acompanhamento do sistema de controle interno ;acompanhamento e avaliação dos programas de governo .

#### **OBJETIVO**

Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais; praticar o principio da transparência dos atos da administração, envolver a sociedade nas decisões administrativas ; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração.

#### **AÇÕES**

01 – Gerenciamento do Gabinete do Prefeita

<b>TOTAL PREVISTO PARA O PROGRAMA ACIMA – R\$ 681.977,78</b>
--



## **PROGRAMA**

### **02.02 – ADMINISTRAÇÃO GERAL**

#### **DIAGNOSTICO**

Este programa será executado pela estrutura de Gerência de recursos humanos, pela gerência do patrimônio público municipal e gerência de serviços gerais, envolvendo Servidores Municipais e Assessorias Contratadas.

A estrutura deficiente impede a realização de um serviço de melhor qualidade e dentro daquilo que a legislação vigente determina.

#### **DIRETRIZES**

Gerenciamento da movimentação, frequência, remuneração e assentamentos funcionais dos servidores municipais; controle da lotação dos cargos, cálculo da folha mensal e das obrigações patronais; cadastros, identificação e lotação dos bens patrimoniais; inventário periódico dos bens; atualização periódica do valor dos bens; controle dos processos; controle da frota, do almoxarifado e conservação do patrimônio; elaboração dos processos licitatórios.

#### **OBJETIVOS**

Manter o controle dos atos de pessoal, do patrimônio público e dos serviços gerais da administração, produzindo informações gerenciais para tomada de decisões.

#### **AÇÕES**

01 – Gerenciamento Secretaria de Administração e Planejamento

02 – Gerenciamento de divulgação de Atos Oficiais

<b>TOTAL PREVISTO PARA OS PROGRAMAS ACIMA – R\$1.402.504,47</b>
---





## **PROGRAMA**

### **02.001 – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA**

#### **DIAGNOSTICO**

Este programa será executado pela estrutura da Gerência do Controle do cadastro e tributação, gerência de arrecadação e pagamentos e gerência de registros contábeis, envolvendo seis servidores municipais. O espaço físico e o mobiliário são fatores que não contribuem para um bom ambiente de trabalho, necessitando adequações.

#### **DIRETRIZES**

Atualização dos cadastros imobiliário e econômico, lançamento e baixa de tributos, controle da dívida ativa, fiscalização tributária, de obras e posturas, arrecadação de tributos e outras receitas, pagamento a fornecedores, controle dos saldos de caixa e bancos, registros contábil dos atos e fatos da administração, controle da aplicação de recursos vinculados, emissão de relatórios gerenciais, apresentação de prestação de contas, etc.

#### **OBJETIVOS**

Arrecadar os tributos de competência do Município, controlar arrecadação, garantir as fontes de financiamento dos serviços de competência municipal, produzir relatórios gerenciais, controlar limites de gastos para atender a legislação a cumprir o mandamento constitucional do controle interno.

#### **AÇÕES**

- 01 – Gerenciamento da Secretaria de Finanças e Fazenda
- 02 – Amortização da Dívida
- 03 – Contribuição para o PASEP

<b>TOTAL PREVISTO PARA OS PROGRAMAS ACIMA – R\$ 942.109,97</b>
--



## **PROGRAMA**

### **02.03 – CRIANÇA NA ESCOLA**

#### **DIAGNOSTICO**

O Município possui um satisfatório equipamento destinado a Educação Básica . Há necessidade de renovar a frota, capacitar professores e melhorar a rede física e instituir o Plano de Cargos e Salários.

#### **DIRETRIZES**

Adequar a rede física de acordo com o crescimento da demanda, oportunizar a capacitação de professores, renovação da frota do transporte escolar, diversificação do cardápio da merenda escolar e adequação dos mecanismos utilizados no ensino para melhorar a qualidade.

#### **OBJETIVOS**

Melhorar a frequência na escola a qualidade do ensino e valorizar o professor.

#### **AÇÕES**

- 01 –Ampliação de Prédios Escolares
- 02 – Aquisição de dois veículos para transporte escolar
- 03 – Gerenciamento Sec. Educação ( Ensino Básico)
- 04 – Gerenciamento dos Recursos FUBDEB ( 40% e 60%)
- 05 –Gerenciamento da Merenda Escolar
- 06 – Gerenciamento do Salário Educação - QSE
- 07 – Gerenciamento Nacional do apoio Transporte Escolar PNAT
- 08Gerenciamento de Ações do Ensino Superior
- 09Gerenciamento das Ações do Ensino Infantil
- 10 – Gerenciamento do Programa Dinheiro Direto da Escola – PDDE
- 11 – Conselho Municipal da Educação
- 12 – Aquisição de um veiculo utilitário – Recurso FUNDEB 40%
- 13 – Gerenciamento Programa Educação p/ Jovens e Adultos – EJA
- 14 – Gerenciamento dos Novos Programas

**TOTAL PREVISTO PARA OS PROGRAMAS ACIMA – R\$ 13.203.718,59**



## **PROGRAMA**

### **02.06 – CRIANÇA E ADOLESCENTE ASSISTIDO**

#### **DIAGNOSTICO**

Para assistir as crianças e adolescentes em situação de risco, o Município conta com a estrutura da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, o Conselho Municipal da Criança e do adolescente, Conselho Tutelar e os recursos alocados no Fundo Municipal da Criança e do adolescente.

Há carência de pessoal qualificado e uma maior conscientização da comunidade para a importância desse programa.

#### **DIRETRIZES**

Elaboração do plano de assistência aos menores de forma a mantê-los ocupados com ações de estudos, atividades esportivas, descobrimento e exploração de suas potencialidades, envolvendo o Município, Conselhos e as famílias.

#### **OBJETIVOS**

Afastar os jovens das situações de risco encaminha-los para uma atividade profissional integrando-os a sociedade

#### **AÇÕES**

- 01 – Gerenciamento do Conselho Tutelar
- 02-Gerenciamento índice de Gestão Descentralizada - IGD
- 03-Gerenciamento do Programa de Proteção Social Especial
- 04 – Gerenciamento do Conselho Municipal de Assistência Social
- 05 – Gerenciamento do Programa Erradicação do Trabalho Infantil - Peti
- 06 – Gerenciamento da Bolsa Família - PSF
- 07 – Gerenciamento do Programa Cras/Paif
- 08 – Gerenciamento do Restaurante Popular
- 09 – Conselho Municipal do Direito dos Idosos
- 10 – Gerenciamento da Secretaria de Trabalho e Ação Social
- 11 – Gerenciamento do Recurso do Fies
- 12 – Gerenciamento das creches municipais
- 13 - Gerenciamento do Fundo Municipal da Criança e Adolescente
- 14 – Gerenciamento dos Novos Programas – FNAS
- 15 – Construção , Ampliação e Recuperação de Unidades Habitacionais

**TOTAL PREVISTO PARA OS PROGRAMAS ACIMA – R\$ 1.536.916,91**



## **02.05 – SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA**

### **DIAGNOSTICO**

Há necessidade de melhoria, ampliação e conservação do serviço de iluminação pública, ampliação e melhoria dos serviços de limpeza pública, ampliação e melhoria das áreas de lazer.

### **DIRETRIZES**

Em convênio os Governos, nossa meta é manter e melhorar o sistema de iluminação pública da cidade, realizar coleta seletiva do lixo e adequar o local de destino do lixo, melhorar os serviços de limpeza das vias urbana, implantar novas áreas de lazer, conservar as existentes.

### **OBJETIVO**

Oferecer segurança aos usuários noturnos das vias urbanas e das áreas de lazer, prevenir doenças, manter a cidade limpa, melhorar as áreas de lazer.

### **AÇÕES**

- 01 – Gerenciamento da Sec de Obras Transportes
- 02 – Gerenciamentos Recursos Fundo Especial Royalties
- 03 – Gerenciamento Recurso CIDE.
- 04 – Infra Estrutura Urbana e Rural
- 05 – Ampliações de Estradas Vicinais
- 06 – Gerenciamentos da Secretaria de Infra Estrutura e Obras Públicas

**TOTAL PREVISTO PARA OS PROGRAMAS ACIMA – R\$2.054.053,43**



**PROGRAMA**

**02.04 – SAÚDE PARA TODOS**

**DIAGNOSTICO**

O Município já vem prestando um bom serviço de Saúde, em parceria com o Governo Federal através dos programas: PSF, PACS, etc.

Nossa meta, é adequar o sistema existente para melhorar funcionamento

**DIRETRIZES**

Construção, ampliação e melhoria de unidade de saúde, aquisição de equipamentos, contratação de profissionais e manutenção da estrutura.

**OBJETIVO**

Realizar medicina preventiva através do programa saúde da família e melhorar as condições de saúde da população.

**AÇÕES**

- 01 – Gerenciamento Recurso PAB, PSF, PACS etc
- 02 – Gerenciamentos de Novos Programas do PAB
- 03 – Gerenciamentos da Farmácia Básica
- 04 – Manutenções do Conselho Municipal de Saúde
- 05 – Gerenciamentos do Programa Carência Nutricional – PCN
- 06 - Gerenciamentos da Vigilância Sanitária
- 07 – Gerenciamento da Saúde – 15%
- 08 – Programas da Atenção Básica
- 09 – Gerenciamento da Secretaria Municipal de Saúde
- 10 – Construção e Ampliação de Unidade Hospitalar e Postos
- 11 – Aquisição de ambulâncias
- 12 – Gerenciamento de Saúde Bucal

**TOTAL PREVISTO PARA OS PROGRAMAS ACIMA – R\$ 5.271.414,59**





**PROGRAMA**

**9999- RESERVA DE CONTIGÊNCIA**

**DIAGNOSTICO**

Equilíbrio Orçamentário

**OBJETIVOS**

Atender a passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme definido na Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como constituição de um fundo para pagamento dos proventos de aposentadoria aos servidores e pensão a seus dependentes.

**AÇÕES**

01 – Gerenciamento da Reserva de Contingencia

**TOTAL PREVISTO PARA O PROGRAMA ACIMA – R\$ 260.337,98**



## **PROGRAMA**

### **02.07 – DESENVOLVIMENTO RURAL E PESCA**

#### **DIAGNOSTICO**

O Município ainda é carente de várias ações de infraestrutura rural, pois não possui recursos financeiros para a realizar as obras necessárias.

#### **DIRETRIZES**

Construção de pontes e bueiros, abertura de novas estradas, conservação e aquisição de equipamentos e políticas publicas voltadas a pesca.

#### **OBJETIVO**

Promover ações através de cursos profissionalizantes sobre técnicas rural e de pesca , orientar coleta e armazenamento de produtos agrícola. Permitir o escoamento da produção a qualquer tempo.

#### **AÇÕES**

- 01 –Gerenciamento da Secretaria de Desenvolvimento rural
- 02 -Construção de duas Casas de Farinha Comunitária
- 03 – Incentivo a Produção Agrícola
- 04 – Implantação do Projeto de Hortas Comunitária
- 05 – Incentivo a Produção Animal
- 06 -Gerenciamento do Programa Pescar
- 07 – Gerenciamento do Programa Nossa Terra
- 08 – Construções de Pontes e Pontilhões

**TOTAL PREVISTO PARA OS PROGRAMAS ACIMA – R\$311.009,27**



**PROGRAMA**

**02.08 – SECRETARIA DA JUVENTUDE , CULTURA , ESPORTE E LAZER**

**DIAGNOSTICO**

O Município ainda é carente de ações que visem a melhoria de uma vida saudável através da pratica de esportes e valorização da cultura.

**DIRETRIZES**

Desenvolver programa s voltados exclusivamente para as politicas publicas de esportes em todas as modalidades e valorização da cultura regional.

**OBJETIVO**

Promover ações através da valorização da cultura popular, promover o turismo e desporto comunitário.

**AÇÕES**

- 01 – Construção e ampliação de Praças Esportivas
- 02 – Construção de Quadra Poliesportiva
- 03 – Gerenciamento da Secretária de Cultura , Esporte e Lazer

**TOTAL PREVISTO PARA OS PROGRAMAS ACIMA – R\$666.254,58**



#### **PROGRAMA**

#### **02.09 – SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DEFESA CIVIL**

#### **DIAGNOSTICO**

O Município ainda é carente de ações que visem a melhoria de uma vida saudável através de políticas públicas garantindo a sustentabilidade e geração de emprego e renda.

#### **DIRETRIZES**

Desenvolver programas voltados exclusivamente para as políticas públicas de ações concretas e de grande alcance social, conscientizando a população sobre a importância da preservação do meio ambiente.

#### **OBJETIVO**

Ações de Preservação e Conservação Ambiental.

#### **AÇÕES**

- 01 – Gerenciamento da Sec. de Meio Ambiente e Defesa Civil
- 02 – Gerenciamento do Fundo Municipal do Meio Ambiente
- 03 – Gerenciamento do Conselho Municipal e Meio Ambiente
- 04- Implantação de Parque Industrial

**TOTAL PREVISTO PARA OS PROGRAMAS ACIMA – R\$381.065,30**



## **PROGRAMA**

### **02.10 – SECRETARIA DE SERVIÇOS PUBLICOS E TRANSPORTES**

#### **DIAGNOSTICO**

O Município necessita de serviço mais eficaz de transportes, considerando que na atualidade muito tem a ser feito principalmente na conservação e preservação das estradas vicinais, que historicamente vem sendo o gargalo de toda a administração municipal.

#### **DIRETRIZES**

Desenvolver programas voltados exclusivamente para as políticas públicas de ações concretas e de grande alcance social, otimizando a qualidade dos serviços públicos.

#### **OBJETIVO**

Desenvolver ações relacionadas ao transporte público garantindo uma gestão eficiente, principalmente no que diz respeito ao transporte escolar.

#### **AÇÕES**

- 01 – Construção e Ampliação das estradas vicinais
- 02 – Gerenciamento da Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Transportes
- 03 – Construções de Pontes e Pontilhões

**TOTAL PREVISTO PARA OS PROGRAMAS ACIMA – R\$603.515,34**

**TOTAL GERAL DOS PROGRAMAS – R\$ 28.583.624,30**





**EXERCÍCIO 2016**  
**ANEXO I – METAS FISCAIS**  
**Projeção das Metas Fiscais de 2017 a 2019**

METAS FISCAIS						
ART. 4º, § 1º da LRF						
ESPECIFICAÇÃO	2017		2018		2019	
	VALOR		VALOR		VALOR	
	Corrente	Constante	Corrente	Constante	Corrente	Constante
1 – Receita	28.583	27.154	30.012	28.511	31.512	29.936
3 – Despesa Total	27.980	26.520	29.379	27.846	30.847	29.238
3 – Resultado Primário	603	634	633	665	698	732
4 – Resultado Nominal	-600		630		661	
5 – Montante da Dívida	600		400		420	441

Para melhor entendimento, preliminarmente, cabem aqui os seguintes conceitos:

1 – As receitas não financeiras correspondem as receitas fiscais líquidas, resultantes do somatório das receitas correntes e de capital, excluídas das receitas de aplicações financeiras (juros de títulos de renda), operações de crédito, amortização de empréstimos e alienação de bens;

2 – As despesas não financeiras correspondem às despesas fiscais líquidas, que são resultantes do somatório das despesas correntes e de capital, excluídas as despesas de juros e encargos e amortização da dívida pública;

3 – O resultado primário corresponde à diferença entre as receitas não financeiras e as despesas não financeiras;

4 – O resultado nominal corresponde ao resultado primário menos o pagamento dos juros e encargos da dívida líquida, isto é, juros e encargos da dívida deduzidas as receitas de juros de títulos de renda;



5 – O montante da dívida pública corresponde ao fluxo da dívida fundada, ou seja amortizações do principal e juros e encargos da dívida, devidos em cada exercício.

As metas fiscais previstas para os próximos três exercícios consistem na obtenção de resultados primários voltados para o equilíbrio fiscal.

Em função dos resultados retro citados relativos à dívida pública, consequentemente os resultados primário e nominal apresentam-se crescentes.

Conforme estabelecido no art. 4º, § 1º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, as metas anuais da Administração Pública do Município Aratuípe, em valores correntes e constantes, das receitas, despesas, resultados primário e nominal, assim como do montante da dívida pública para o triênio 2017 a 2019, estão acima discriminadas:

**I – Avaliação do cumprimento das metas relativas aos anos anteriores  
(art. 4º, § 2º, I, da Lei complementar Federal nº 101/00)**

DESCRIÇÃO	LDO 2015	REALI ZADO 2015	REALIZA DO X PREVISTO %	LDO 2016	REALIZ ADO 2016	REALIZA DO X PREVISTO %	LDO 2017	REALIZ ADO 2017	REALIZA DO X PREVISTO %
I. Receitas Não-Financeiras	16.044	13.610	-15,18	19.184	13.762	-39,39	20.143	14.450	41,36
II. Despesas Não-Financeiras	15.852	13.257	-16,38	18.843	14.136	-33,29	19.705	14.842	34,96
III Resultado Primário (I-II)	192	353	45,61	341	-373	-132,00	-358	391	138
IV. Resultado Nominal	-190	-189	0,53	-511	-576	-12,72	536	-604	13,36
V. Montante da Dívida		1.028			777			815	

R\$ 1.000,00

Observa-se que apesar do incremento da receita e um controle mais ostensivo da despesa, não houve uma expressiva superação das metas do resultado nominal e primário nos exercícios 2015 e 2016, cujo comportamento pode ser explicado pelo desempenho da arrecadação Tributária Municipal e Transferências dos Governos.

**II – Demonstrativo das Metas Anuais  
(art. 4º, §2º, II da Lei Complementar Federal nº 101/00)**

As metas da Administração Pública Municipal propostas para o período de 2017 a 2019, nos termos do inciso II do § 2º do art. 4º da lei Complementar Federal nº 101/00, foram definidas considerando o atual cenário macroeconômico, bem como o incremento da receita, projetada com base no crescimento da economia.

A) art. 4º, § 1º da Resolução TCM 460



B) Dívida Líquida = Dívida ou Fundada – ( disponibilidades de caixa + aplicações financeiras + demais ativos financeiros)

C) Registramos que os valores projetados neste anexo tem como base as expectativas de crescimento do PIB do Município tomando como referência o exercício de 2009.

A Meta projetada para a realização da receita das fontes do tesouro considerou uma eficácia tributária do ISSQN, IRRF, e IPTU em 2012, com tendências evolutivas nos demais anos.

Por sua vez, as receitas de outras fontes foram projetadas para o triênio 2017 – 2019 pelas próprias unidades orçamentárias arrecadadas, sendo consolidadas pela Secretaria da Fazenda Municipal.

Para a projeção da despesa buscou-se respeitar a proporcionalidade histórica dos gastos, principalmente para as unidades orçamentárias que possuem fontes de recursos vinculados, no entanto essa regra não foi aplicada por completo. As despesas com pessoal foram projetadas buscando aproximar-se ao máximo possível da realidade, considerando os vários eventos legalmente concedidos.

### **III – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Geral de Previdência (art. 4º, § 2º, V, da Lei Complementar Federal nº 101/00)**

Com respeito ao cumprimento do disposto no inciso IV do § 2º do art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101/00, o Poder Executivo Municipal não tem um Sistema de Previdência Municipal, contudo, retém e recolhe as contribuições devidas ao INSS, de forma a conferir-lhe natureza financeira a atuarial equilibrada.

### **IV – Demonstrativo da Estimativa de Renúncia de Receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado (art. 4º § 2º, V, da Lei Complementar Federal nº 101/00)**

A estimativa da renúncia de receita decorrente dos benefícios tributários para o período de 2013 a 2015, no Âmbito do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano e sobre Prestações de Serviços de qualquer Natureza, encontra-se em fase de estudo e avaliação.

A renúncia fiscal, conforme estabelece a Lei de responsabilidade Fiscal, deverá ser considerada, na estimativa de receita orçamentária. Com isso, não se faz necessária a inclusão de medidas de compensação.

A margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado considerada decorre do crescimento da receita motivada pela expansão da economia, notada pelo crescimento do PIB de Aratuípe nos últimos anos, pela projeção, modesta, porem otimista desse indicador para o período considerado. Entende-se por despesa obrigatória de caráter continuado, no conceito da Lei de Responsabilidade Fiscal, a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo, que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.



**I – Avaliação dos passivos contingentes outros riscos capazes de afetar as contas públicas**  
(art. 4º, §3º, da Lei Complementar nº 101/00)

As metas fiscais estabelecidas podem sofrer significativas mudanças de acordo com a ocorrência ou não de eventos adversos, tanto externos quanto internos, que podem acarretar alterações no cenário econômico de municípios de todos os portes, independente de tamanho, localização ou mesmo expressão no cenário político.

As situações externas que podem vir a alterar o cenário econômico são:

- Não-confirmação da recuperação da economia mundial, principalmente das economias norte-americanas e europeia, com impactos sobre o desempenho do comércio internacional e dos investimentos externos diretos;
- Instabilidade no Oriente Médio e ataques terroristas de grandes proporções;
- Novas medidas protecionistas no mercado internacional;
- Não-adoção de medidas protecionistas, de forma preservar o mercado interno da invasão dos produtos chineses, principalmente no mercado exportador calçados, que tem influência direta em nosso município; e internamente, há situações que podem também alterar o cenário fiscal projetado, entre elas:
  - crise de governabilidade no Poder executivo federal;
  - estagnação da taxa de câmbio;

Dificuldades no controle da inflação com a não-redução da taxa de juros básica da economia.

As situações descritas acima podem elevar o risco Brasil, deteriorando as expectativas dos agentes intergovernamentais que investem no país, assim como dificultar a retomada interna de crescimento econômico.

As ações judiciais contra o Município são passivos a considerar. Elas são de diversas origens e sua mensuração é complexa e imprecisa, pois dependem da probabilidade de decisões judiciais desfavoráveis. Salientamos que as decisões judiciais já transitadas em julgado são tratadas como precatórios, depois de atendida a fase do art. 730 do Código de Processo civil.

Para compensar eventuais desequilíbrios das metas fiscais, utilizar-se-ão, primeiramente, os recursos à conta da reserva de Contingência, na forma de alínea “b” do inciso III do art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101/00. Caso ainda perdure o desequilíbrio, caberá ao Poder executivo a reformulação do anexo da Metas Fiscais. Como consequência desse desequilíbrio, a capacidade de empenho deverá ser limitada de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de Outras Despesas Correntes, Investimentos e Inversões Financeiras de cada Poder. Essa limitação será comunicada pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo a ao Ministério Público, indicando o montante que caberá àquele Poder tornar



indisponível para empenho e pagamento, na forma em que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

ANEXO DE METAS FISCAIS  
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
LDO EXERCÍCIO 2016

LRF, ART.4º §2º, inciso III

	2013	%	2014	%	2015	%
Patrimônio Capital	3.414.648,10	100	1.503.977,59	100	1.988.612,23	100
Reservas		-		-		
Resultado Acumulado		-		-		
Total	3.414.648,10	100	1.503.977,59	100	1.988.612,23	100

**Nota: A evolução satisfatória do Patrimônio Líquido em 2014, deveu-se ao Superávit verificado nas Variações Patrimoniais.**

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMONIO LIQUIDO	2013	%	2014	%	2015	%
Patrimônio/ Capital						
Reservas						
Resultado Acumulado		NADA A DECLARAR				
Total						

Fonte : Balanço Patrimonial





**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2016**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**

Origem e ampliação do recurso obtido com alienação de Ativos

AMF – Tabela 5( LRF, art.4º , §2º , inciso III

RECEITAS REALIZADAS	2014	2015	2016
RECEITA DE CAPITAL – ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	-	-	-
Alienação de Bens Moveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-

DESPESAS EXECUTADAS	2014	2015	2016
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	-	-	-
DESPESA DE CAPITAL	-	-	-
Investimentos	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-

<u>SALDO FINANCEIRO</u>	2014	2015	2016
Valor (III)	-	-	-



**ANEXO VII – LDO 2016**

**LEI DA DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2016**

**ANEXO DE METAS FICAIS- PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS**

EXERCICIO	RECEITAS PREVIDENCIARIAS(a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c)=(a-b)	Saldo Financeiro Do Exercício (d)= (d exercício anterior)+(c)
		MUNICÍPIO VINCULADO AO REGIME GERAL DA PREVIDENCIA SOCIAL		

**ANEXO VIII – LDO 2016**

**DA DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2016**

**ANEXO DE METAS FICAIS- ESTIMATIVA DE COMPENSAÇÃO DA RENUNCIA DE RECEITA**

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES PROGRAMAS BENEFICIÁRIO	RENUNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2017	2018	2019	
				SEM MOVIMENTO		



**ANEXO IX - LDO 2016  
DA DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2016  
ANEXO DE METAS FICAIS  
MARGEM DE EXPANÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO**

(LRF, ART.4º ,§2º, INCIO v)	R\$ 1
EVENTOS	VALOR PREVISTO 2016
Aumento Permanente da Receita	1.760.000,00
(-) Transferências Constitucionais	704.000,00
(-) Transferênciasdo FUNDEB	352.000,00
<b>Saldo Final do aumento permanente de Receita (I)</b>	<b>704.000,00</b>
Redução Permanente de Despesa(II)	264.000,00
<b>Margem Bruta ( III) =(I + II)</b>	<b>440.000,00</b>
<b>Saldo utilizado da margem bruta</b>	-
<b>Novas DOCC</b>	-
<b>Novas DOCC geradas por PPP</b>	-
<b>Margem Líquida de expansão de DOCC(V) =(III-IV)</b>	<b>440.000,00</b>



**ANEXO IX - LDO 2016**  
**DA DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2016**  
**ANEXO DE METAS FICAIS**  
DEMONSTRATIVOS DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
DESCRIÇÃO	VALOR	DESCRIÇÃO	VALOR
Demanda Judicial	-	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	-
Dívidas em Processo de Reconhecimento	110.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	110.000,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>110.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>110.000,00</b>
DEMAIS RISCOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
DESCRIÇÃO	VALOR	DESCRIÇÃO	VALOR
Frustração de Arrecadação	330.000,00	Limitação de Empenho	330.000,00
Discrepância de Projeções Elevação do Salário Mínimo Nacional	396.000,00	Abertura de Créditos Adicionais a partir de redução de dotação de despesa discricionárias	396.000,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>726.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>726.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>836.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>836.000,00</b>

(LRF, art. 4º, §3º)